



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		109.730	41.743
Caixa restrito	4.3	12.863	19.251
Contas a Receber de Clientes	5	43.353	40.875
Estoques		733	582
Créditos Fiscais a Recuperar	6	4.329	3.737
Valores a Receber	7	24.615	23.277
Outros Ativos		1.310	1.037
		196.933	130.502
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	7	63.168	62.654
Depósitos Judiciais	8	183.350	170.984
Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Cauções e Depósitos Vinculados	10	381.639	371.916
Outros Ativos		460	443
		921.832	899.212
Propriedade para Investimento	11	24.884	24.053
Imobilizado	12	845.950	860.326
		1.792.666	1.783.591
Total do Ativo		1.989.599	1.914.093



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante			
Fornecedores		3.985	5.757
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	13	20.592	20.455
Obrigações Tributárias	14	152.691	154.626
Obrigações Contratuais	15	87.139	86.218
Benefícios Pós Emprego	16	869	1.091
Receitas Diferidas		7.023	7.022
		272.299	275.169
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	14	977.117	996.287
Obrigações Contratuais	15	12.503	16.276
Benefícios Pós Emprego	16	342.764	359.003
Provisão Para Contingências	17	686.670	723.343
Receitas Diferidas		4.689	7.030
Adiant. Futuro Aumento de Capital	18	214.154	213.124
		2.237.897	2.315.063
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19	2.455.537	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16	14.032	(5.073)
Prejuízos Acumulados		(2.990.166)	(3.126.603)
		(520.597)	(676.139)
Total do Passivo		1.989.599	1.914.093



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	20	207.755	134.965
Custos da Operação	21	(31.645)	(32.882)
Lucro Bruto		176.110	102.083
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	22	(54.818)	(49.629)
Depreciação		(6.278)	(4.579)
Provisões Contábeis Líquidas	23	23.430	(100.513)
Outras Receitas Operacionais	24	3.701	2.562
Outras Despesas Operacionais		(94)	-
		(34.059)	(152.159)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		142.051	(50.076)
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	25	(5.614)	(36.345)
Resultado do Exercício		136.437	(86.421)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		0,11	(0,07)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Resultado Líquido do Exercício		136.437	(86.421)
Outros Resultados Abrangentes		14.032	-
Outros Resultados Abrangentes	16	14.032	-
Resultado Abrangente do Período		150.469	(86.421)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.455.537	(5.073)	(3.126.603)	(676.139)
Resultado do Exercício	-	-	136.437	136.437
Ganho (perdas) Atuariais em Planos de Pensão	-	19.105		
Saldos em 31 de março de 2021	2.455.537	14.032	(2.990.166)	(520.597)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/03/2020

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.455.537	-	(3.427.147)	(971.610)
Resultado do Exercício	-	-	(86.421)	(86.421)
Saldos em 31 de março de 2020	2.455.537	-	(3.513.568)	(1.058.031)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	136.437	(86.421)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	19.105	-
(+) Depreciação e Amortização	16.098	11.810
(+) Baixas do Imobilizado	699	-
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	1.030	2.105
(+) Provisão para Contingências	(36.674)	73.619
(+) Benefícios Pós Emprego	(16.460)	8.302
(-) Receitas Diferidas	(2.340)	(2.340)
Resultado Ajustado	117.895	7.075
Variações no Ativo		
Contas a Receber	(2.478)	46.547
Estoques	(152)	(98)
Créditos Fiscais a Recuperar	(592)	(385)
Outros Valores a Receber	(1.851)	(5.240)
Depósitos Judiciais	(22.089)	(22.314)
Outros Ativos	(289)	(2.473)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(1.772)	(528)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	137	6.813
Obrigações Tributárias	(21.104)	(30.403)
Obrigações Contratuais	(2.852)	14.901
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	64.853	13.894
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(3.252)	(230)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimento	(3.252)	(230)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	-	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	61.601	13.664
Caixa e Equivalentes no Início do Período	60.993	18.394
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	122.594	32.058



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas	246.638	127.610
Tarifas Portuárias	29.792	20.484
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	181.660	116.996
Provisão para Perdas Estimadas	-	(10.558)
Reversão de Provisões	35.186	687
Insumos Adquiridos de Terceiros	(22.584)	(93.125)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(9.151)	(7.815)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(10.469)	(82.715)
Outros custos	(2.964)	(2.594)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	224.054	34.485
Depreciação e Amortização	(16.098)	(11.811)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	207.956	22.674
Valor adicionado recebido em transferência	3.046	4.569
Receitas financeiras	3.136	4.522
Outras	(90)	47
Valor adicionado a distribuir	211.002	27.243
Distribuição do valor adicionado	211.002	27.243
Pessoal	54.036	71.970
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	23.011	30.114
Benefícios	14.439	10.934
Benefícios Pós-emprego	4.439	5.870
FGTS	2.243	3.657
INSS	7.127	8.436
Encargos	-	830
Provisões	2.255	11.717
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	522	411
Tributos	919	827
Federais	146	202
Estaduais	81	42
Municipais	692	582
Remuneração de capitais de terceiros	19.610	40.867
Despesas financeiras	8.751	40.867
Resultado do Exercício	136.437	(86.421)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de março de 2021, em lucro no montante de R\$ 136.437 mil (prejuízo de R\$ 14.253 mil em 31 de dezembro de 2020), em especial pelo aumento do faturamento e redução de despesas financeiras.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

O Conselho de Administração, em sua 741ª reunião, de 8 de junho de 2020, deliberou pela “Aprovação do Plano de Redução de Despesas, com a ressalva de que o plano apresentado pela DIREXE não demonstrou abordar de maneira exaustiva as possibilidades de redução de gastos da empresa...”

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos e outros. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

4.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.5 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.6 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da Companhia e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

4.7 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos e entidades públicos.

4.8 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.9 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) **Vida útil**

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUARIA

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrea	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tancagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%

Bens – Administração	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%

Imobilizado em Andamento	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.11 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

4.12 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.13 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.14 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.15 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.17 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/03/2021			31/12/2020		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	178.786	(145.275)	33.511	156.782	(141.118)	15.664
Porto de Itaguaí	11.263	(3.981)	7.282	32.255	(9.758)	22.497
Porto de Niterói	1.966	(428)	1.538	2.513	(437)	2.076
Porto de Angra	1.240	(218)	1.022	945	(307)	638
Totais	193.255	(149.902)	43.353	192.495	(151.620)	40.875

A variação positiva no saldo das faturas do Porto do Rio reflete, principalmente, a inadimplência no pagamento da Movimentação Mínima Contratual – MMC registrada em janeiro de 2021 e cobrada dos arrendatários Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e ICTSI Rio Brasil Terminal 1 S.A. nos valores de R\$ 13.198 mil e R\$ 4.705 mil, respectivamente. Os arrendatários contestaram, judicialmente, as faturas.

A variação do saldo no Porto de Itaguaí é resultado da baixa de R\$ 22.377 mil em faturas da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN referentes ao mês de dezembro de 2020.

6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	3.737	3.238
Contribuição Social	592	499
Totais	4.329	3.737

Trata-se de retenções realizadas por órgãos públicos, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, além do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

7 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Município do Rio de Janeiro	6.588	6.456	44.123	43.236
Acordos – Créditos a Receber	10.506	10.827	19.045	19.418
Servidores Cedidos a Outros Órgãos	3.690	2.773	-	-
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Outros Valores a Receber	2.631	2.021	-	-
Totais	24.615	23.277	63.168	62.654

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Píer Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda. e Pennant Serviços Marítimos Ltda.

Servidores Cedidos a Outros Órgãos compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da CDRJ a diversos órgãos e entidades públicos.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/03/2021	31/12/2020
Ações Judiciais - IPTU	14.214	14.214
Ações Judiciais - Portus	24.305	20.794
Ações Judiciais - VPNI	55.429	52.095
Outras Ações Judiciais	89.402	83.881
Totais	183.350	170.984

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/03/2021	31/12/2020
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	156.983	158.013
Bloqueios em Ações do Leasing	199.996	189.574
Recursos Judiciais	15.428	15.097
Totais	381.639	371.916

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a CDRJ possui junto ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Santander e à Caixa Econômica Federal.

Bloqueios nas Ações do *Leasing* Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

11 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 76 (setenta e seis) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, realizado pela empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda., observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 575.899 mil.

12 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Valor contábil em 01/01/2021			Movimentação - 1º Trimestre de 2021					Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	Ajustes	
Bens em Operação	920.689	(201.313)	719.376	179	-	-	(15.230)	-	704.325
Bens da Administração	160.498	(45.160)	115.338	15	(946)	-	(868)	843	114.382
Imob. em Andamento	28.127	(2.515)	25.612	2.227	(596)	-	-	-	27.243
Totais	1.109.314	(248.988)	860.326	2.421	(1.542)	-	(16.098)	843	845.950

13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/03/2021	31/12/2020
Remunerações	5.461	7.715
Consignações	317	313
Mesada Judicial	64	92
Provisões e Encargos	14.750	12.335
Totais	20.592	20.455

14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IPTU	13.193	13.193	-	-
ISS	41	62	426.111	423.929
Parcelamentos	110.416	110.066	551.006	572.358
PASEP/COFINS	5.248	5.671	-	-
IR e CSLL	1.658	3.161	-	-
INSS/FGTS	3.509	3.900	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.509	11.509	-	-
Outros	297	244	-	-
Totais	152.691	154.626	977.117	996.287

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019 e 21 de outubro de 2020.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

15 – **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamento de Cliente	2.809	1.888	-	-
Expansão Terminal 1	17.142	17.410	12.503	16.276
Cessão de Crédito	64.424	64.110	-	-
Outros	2.764	2.810	-	-
Totais	87.139	86.218	12.503	16.276

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

16 – **BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A CDRJ é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos. O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Contribuições Correntes	869	1.091	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	-	-	211.830	205.329
Déficit Atuarial	-	-	130.934	153.674
Totais	869	1.091	342.764	359.003

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 342.764 mil (R\$ 359.003 mil em 2020), calculado segundo o CPC 33, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	31/03/2021	31/12/2020
Participantes ativos (passivo principal)	263	263
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.307	1.307
Aposentados	642	642
Pensionistas	665	665
Total de participantes	1.570	1.570
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada p/ determinar a taxa de desconto)	8,20	7,97

Formação do Déficit:

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(359.003)	(373.522)
Custo líquido no período	(4.956)	(6.162)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos de capital	32.358	(989)
Pagamento de contribuições	2.090	31.440
Compartilhamento de risco	(13.253)	(9.770)
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(342.764)	(359.003)

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	31/03/2021	31/12/2020
Taxa de desconto (nominal)	7,576%	6,524%
Retorno esperado dos ativos do plano	7,576%	6,524%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	31/03/2021	31/12/2020
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Ativos	31/03/2021		31/12/2020	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	645	0,231%	556	0,199%
Realizável	220.410	79,060%	218.273	78,269%
Títulos Públicos	-	0,00%	-	0,00%
Ações	17.163	6,156%	17.145	6,148%
Fundos de Investimento	18.146	6,509%	20.336	7,292%
Renda Fixa	18.103	-	20.293	-
Imobiliário	43	-	43	-
Investimentos Imobiliários	20.520	7,36%	20.658	7,408%
Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
Outros – Depósitos Judiciários	1.906	0,684%	1.906	0,684%
Total do Ativo	278.790	100,00%	278.874	100,00%

	31/03/2021	31/12/2020
Total do Ativo	278.790	278.874
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	237
(-) Contribuições Contratadas	(207.395)	(205.329)
(-) Contribuições em Atraso	(149)	(144)
(-) Uso Próprio	(1.001)	(1.005)
(-) Exigível Operacional	(760)	(754)
(-) Exigível Contingencial	(3.441)	(3.440)
(-) Fundo Previdencial	(8.565)	(8.419)
(-) Fundo Administrativo	(8.134)	(8.450)
Valor Justo dos Ativos	49.345	51.570
Rentabilidade referente ao período projetado	261	N/A
Saldo Previdencial referente ao período projetado	(1.526)	N/A
Valor Justo dos Ativos final	48.080	51.570

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do período	168.572	256.235
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(695)	-
Custo dos juros	2.685	4.025
Contribuições de participantes do plano	763	-
Benefícios pagos	-	(8.832)
(Ganho) / perda atuarial	(16.144)	(16.295)
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	(17.996)	(17.885)
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	1.852	1.590
(Ganho) / perda atuarial – redução de direitos	-	-
Contribuições Extraordinária Assistidos	-	1.730
Obrigação de benefício definido no final do período	155.181	236.863

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	383.423	401.425	384.235	400.120
Valor justo dos ativos do plano	48.080	48.080	48.080	48.080
(Passivo) / ativo líquido inicial	(335.343)	(353.345)	(336.155)	(352.040)
Passivo do patrocinador com redução de direitos	211.830	211.830	211.830	211.830
Passivo do patrocinador com contribuições futuras	40.567	42.472	40.653	42.333
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	3.461	(8.579)	2.918	(7.706)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	4.469	-	4.014
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(335.343)	(348.876)	(336.155)	(348.026)

Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Varição da obrigação atuarial	-2,20%	2,39%	-1,99%	2,06%
Varição do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,51%	2,73%	-2,27%	2,35%

17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2021	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/03/2021
Ações Trabalhistas	130.346	(4.534)	10.977	-	136.789
Ações Cíveis	151.193	(60)	-	(17.797)	133.336
Ações Tributárias	441.804	-	-	(25.259)	416.545
Totais	723.343	(4.594)	10.977	(43.056)	686.670

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em consideração os valores depositados, levantamentos e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base em decisões na primeira instância. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância.

17.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 435.134 mil (R\$ 716.692 mil em 31/12/2020), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 9.079
- Ações Cíveis - R\$ 421.963
- Ações Tributárias - R\$ 4.092

18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2021	31/12/2020
Repasse ao Portus (2013 a 2016)	201.185	200.218
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	3	2
Modernização Portuária	10.490	10.444
Gerenciamento de Resíduos	1.239	1.233
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.237	1.231
Totais	214.154	213.124

19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

	31/03/2021	31/03/2020
Receita com Arrendamentos	195.683	126.645
Receitas Tarifárias	31.658	22.626
Impostos Federais	(19.364)	(14.176)
Impostos Municipais	(222)	(130)
Receita Líquida	207.755	134.965

21 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal e Encargos	14.109	16.210
Manutenção	4.948	4.205
Serviços de Terceiros	1.410	1.315
Depreciação e Amortização	9.820	7.162
Provisões	676	3.515
Impostos e Taxas	682	475
Totais	31.645	32.882

22 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal e Encargos	37.672	44.044
Manutenção	4.781	4.033
Serviços de Terceiros	805	719
Legais e Judiciais	10.972	98
Impostos e Taxas	240	378
Outras	348	357
Totais	54.818	49.629

23 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/03/2021	31/03/2020
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.719	(10.541)
Provisão de Férias	1.319	(5.612)
Provisão para o 13º Salário	(1.391)	(1.791)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(119)	(153)
Provisão para Contingências	21.902	(82.416)
Totais	23.430	(100.513)

24 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2021	31/03/2020
Aluguel	2.835	2.489
Outras	866	73
Totais	3.701	2.562

25 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas Financeiras	3.136	4.522
Despesas Financeiras	(8.750)	(40.867)
Totais	(5.614)	(36.345)

26 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria CDRJ, apesar de haver saldo anterior, em Dívida Ativa da União, em negociação.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer	Dívida Ativa
Contrato nº 018	778 mil	20.227 mil	13.846 mil
Contrato nº 026	2.842 mil	73.886 mil	50.578 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 3.294 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 181.170 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No 1º trimestre de 2021, o valor total faturado foi de R\$ 9.499 mil (R\$ 6.055 mil no 1º trimestre de 2020).

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 3.698 mil (R\$ 5.642 mil no 1º trimestre de 2020) e valor médio mensal foi de R\$ 1.233 mil (R\$ 1.881 mil no primeiro trimestre de 2020).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do 1º trimestre de 2021, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 31/03/2021 era de R\$ 50.711 mil (R\$ 48.033 em 31/03/2020).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	31/03/2021	31/03/2020
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	311.593,73	447.033,31
Remuneração variável	88.163,58	88.609,77
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	0,00	0,00
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	0,00	0,00

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	31/03/2021	31/03/2020
Conselho de Administração	37.414,30	67.345,74
Conselho Fiscal	29.931,44	44.897,56
Comitê de Auditoria Estatutário	22.448,58	33.672,87

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	31/03/2021		31/03/2020	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	37.849,24	58.209,07	39.599,77	58.229,31
Menor Remuneração	10.423,16	1.522,79	12.259,12	1.522,79
Remuneração Média	24.085,31	11.443,20	30.774,28	12.965,29

27 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 15 de julho de 2021.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

MÁRIO POVIA
DIRETOR
CPF Nº 052.473.918-88

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ
DIRETOR
CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-6
CPF Nº 080.022.657-77